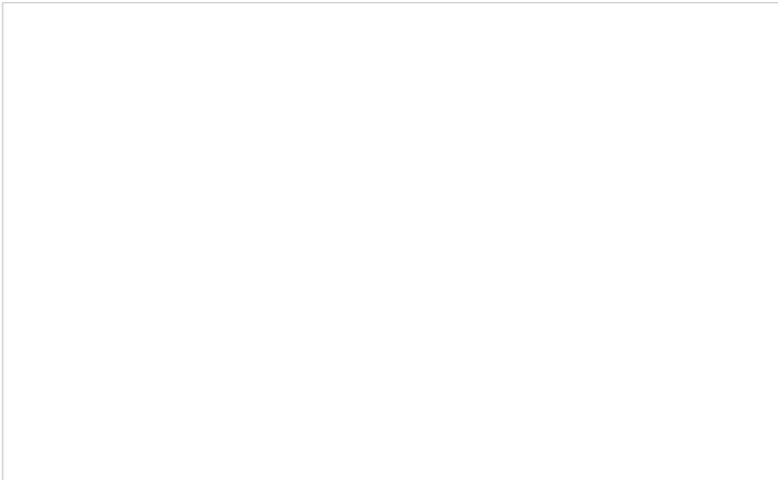


12/01/2017 17:27 - Em Ji-Paraná, excesso de veículos na 1ª Delegacia de Polícia Civil é preocupante

Foto: J. Nogueira/Diário da Amazônia/Reprodução



Sem espaço amplo e adequado para guardar com segurança objetos e veículos de forma adequada, a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Ji-Paraná (DPC), localizada na rua 22 de Novembro, no bairro Urupá, fica cada vez mais superlotada, principalmente com bicicletas e motocicletas. A superlotação também preocupa e é vista como risco à saúde tanto dos serviços do órgão e para a própria comunidade que procura os serviços necessários.

O delegado Derly Gouveia disse na manhã de ontem (11) que a DPC, em Ji-Paraná, não conta com um local adequado para guardar, principalmente, motos e bicicletas, apreendidas e entregues na delegacia através de ocorrências policiais e furtos e roubos. Segundo ele, além de causar enorme transtorno para quem trabalha

diretamente na distrital, e mais ainda, as pessoas que procuram o órgão em busca de solução de algum problema. Ele ainda lembrou que os veículos, em decorrência de muito tempo parado no pátio sob chuva e sol, acabam se deteriorando, perdendo o seu valor comercial.

O delegado explicou que, em regra, todos os inquéritos que menciona no seu conteúdo os veículos recolhidos através de apreensão, já foram concluídos. Quando os mesmos chegam à delegacia, a primeira atitude é averiguar a origem. Quando não é certificado como ilícito, a restituição é devidamente feita ao seu proprietário. “Muitas das vezes se confunde, quem é o dono e de quem é a posse, e na maioria das vezes, essas pessoas estão envolvidas em atividades criminosas”.

Baixa procura

O delegado lamentou a baixa procura por pessoas vítimas de furto ou roubo na delegacia. E quando comparece, encontra dificuldade para confirmar a propriedade do objeto através de documentos como, por exemplo, uma nota fiscal. A restituição fica mais fácil quando se trata de veículos. “Isso, dificulta muito a restituição”, lamenta Gouveia.

Saída

O delegado lembrou que o Estado celebrou convênio com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RO), para custódia de veículos na capital e no Cone Sul do Estado. Mas, o delegado defende que uma vez o autor já preso e reconhecido pela vítima e o veículo periciado. Esta fase já é superada. “Daí, duas únicas medidas para adotar para o destino deste veículo: Primeiro, que o proprietário ou possuidor faça o requerimento de restituição, e não havendo, que se encaminhe ao órgão de trânsito que tem a autoridade para dar destino ao proprietário, caso apareça ou destinar para leilão”, falou.

Além de superlotar o pátio da distrital, a maioria das motocicletas está com tanques contendo combustível, e a estrutura das bicicletas podem se transformar em criadouro do mosquito *Aedes aegypti*, colocando em risco a saúde dos servidores e seus usuários.

Fonte: Diário da Amazônia